REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Ata da reunião realizada a 25 de março de 2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2014, pelas dez horas, no edifício da Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, reuniu extraordinariamente o Conselho de Ilha da Terceira presidido por José Gabriel do Álamo de Meneses.

Nesta reunião registaram-se as presenças dos conselheiros:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente do Conselho de Ilha

Ana Rita Meneses Branco – 2.ª Secretária do Conselho de Ilha

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Paula Ramos – Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Pedro Miguel de Borba Ferreira - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Péricles Pereira Ortins – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Carlos Valadão Santos - Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes - Representante das Associações Agrícolas (Fruter)

E os seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

António Toste - PS

Luis Miguel Forjaz Rendeiro - PSD

Maria Judite Parreira - PSD

O Presidente do Conselho de Ilha, José Gabriel do Álamo de Meneses deu por iniciada a reunião, cujo objeto visava a emissão de parecer, solicitado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa Regional, sobre os Projetos

de Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/X do BE - Bloco de Esquerda "Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A – Alteração ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha" e 26/X do PSD – Partido Social Democrata "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de Julho, que Estabelece o Regime Jurídico do Conselho de Ilha", bem como a Emissão de Parecer sobre a proposta de Plano Integrado dos Transportes dos Açores.

Começou por referir que, na sequência do pedido de parecer solicitado a todos os membros do Conselho de Ilha da Terceira sobre os dois primeiros pontos da ordem de trabalhos, apenas a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo se pronunciou por escrito sobre o assunto.

Feita a leitura do parecer daquela entidade, concluiu-se que a Câmara do Comércio concorda que se incluem representantes das associações do Sector das Pescas, uma vez que é um sector com um cariz importante na Região Autónoma dos Açores, de extrema importância na sua economia e um sector em clara expansão a nível de exportação.

De seguida usou da palavra a deputada do PSD, Maria Judite Parreira, que se pronunciou em relação às duas propostas. Sobre a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, referiu que é em alguns aspectos semelhante à do PSD, sendo um pouco mais abrangente. Considera importante a representação das Associações Ambientalistas e do sector das pescas. Contudo das Associações Culturais, e não subestimando a cultura para a sociedade, frisou que as mesmas tem interesses muito específicos e que são de difícil operacionalização no Conselho de Ilha, suscitando dúvidas, de quem as iria representar, se do folclore, das filarmónicas ou do teatro. Afirmou ainda que, se estão representados dois membros das associações culturais, também deveriam ter representação as Associações Desportivas.

Em relação à representação da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores, entende que uma vez que já estão representados a Câmara do Comércio e os Sindicatos, tal não faz sentido.

Quantos aos Deputados do Ciclo Regional de Compensação, é da opinião de que também devem estar representados no Conselho de Ilha da sua residência, sem direito a voto, tal como já acontece com os outros deputados.

No que alude à proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo PSD, acha que havia necessidade de alargar a representatividade a outros sectores de importância social e económica, assim entende que seja justo a representação do sector das pescas que está organizado em Associações.

As IPSS, nesta altura de crise económica e social, assumem um papel fundamental no apoio social, pelo que se justifica a sua inclusão no Conselho de Ilha, assim como as Associações Ambientalistas. A importância do ambiente e do ordenamento do território é crescente, pelo que também se justifica a sua inclusão no Conselho.

De seguida usou da palavra o conselheiro Pedro Ferreira, afirmando que as duas propostas têm de ser trabalhadas em conjunto, ambas possuem coisas positivas e ambas tem coisas de difícil aplicação, como referiu a Deputada Judite Parreira. Julga que faz todo o sentido a proposta do Bloco de Esquerda, no sentido de os deputados pelo Circulo Regional de Compensação da própria Ilha possam fazer parte e participarem do Concelho de Ilha. Todavia também concorda que as Associações Culturais e Ambientalistas terão dificuldades de se fazerem representar, quando apenas serão de se fazer representar por apenas dois elementos de ambas. Acham mais interessante ter um representante da Universidade dos Açores, ou alguns representantes da mesma, que tem vários departamento e polos espalhados por três ilhas, do que propriamente as Associações Culturais e Ambientalistas. Assim o CDS-PP entende que deveria haver, por parte do PSD e BE em comissão parlamentar da Assembleia Legislativa Regional um trabalho de unificação das boas ideias e eliminação dos prossupostos que estão subjacentes a estas iniciativas legislativas no sentido de facilitar a composição futura do Conselho de Ilha.

O Conselheiro, Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses, em representação da FRUTER, alegou que é importante para o Conselho de Ilha e para as forças vivas que se fazem representar, estar alguém ligado às Pescas, sector económico de muita importância na ilha e nos Açores. Por último referiu que concorda que apoiem o parecer da Câmara do Comércio e não pensam em alargar mais a composição do mesmo.

O Deputado António Toste, do PS, referiu que para o seu partido, quantos mais representantes das Associações houver no Conselho de Ilha melhor será, mas que se deve ter algum cuidado. Também lhes parece bem o parecer da Câmara do Comércio, no sentido de o Sector das Pescas ser representado, visto ser um sector muito importante. Julga que se for para alargar os membros do conselho de ilha a outras entidades, deveria ser salvaguardada a proporcionalidade, alargando também o número de representantes dos órgãos que são eleitos, nomeadamente os representantes da Assembleia Municipal.

Na sequência da intervenção anterior o **Presidente do Conselho de Ilha** alertou que no caso concreto da Ilha Terceira, está-se a falar de duas autarquias, o que não é igual em todas as ilhas, pelo que a proporcionalidade altera-se de ilha para ilha, inclusive existem ilhas com três, quatro ou mais autarquias, logo a proporcionalidade não é um dado fixo.

Seguidamente interveio o Presidente da Assembleia Municipal, **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros**, alegando que a questão fundamental é reforçar a capacidade de intervenção do Conselho de Ilha, não só recompondo-o com outras entidades, mas sobretudo sendo o conselho mais respeitado e mais ouvido por quem de direito. Uma das questões que pensa que é preciso alterar e que não está em nenhuma das propostas apresentadas, é o fato de por exemplo, na ilha Terceira, o conselho de ilha poder ser ouvido em Conselho de Governo, contrariamente às outras ilhas.

Quanto à proposta que a Deputada Judite Parreira fez pensa que é sensata na medida em que reduz aquelas Associações, que são essenciais quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista da sua intervenção social, as IPSS, as Ambientalistas e as Pescas, mas pensa que poderia ficar uma proposta no sentido de referir que o Conselho de Ilha poderia convocar outras entidades, em função dos temas em discussão, desde que a proposta fosse aprovada por maioria dos seus membros, ou seja, não seria de forma discriminatória, mas desde que a Assembleia aprovasse por maioria essa convocatória ela seria aceite.

Relativamente aos Deputados do Circulo de Compensação, não lhe repugna a ideia embora ela não seja muito simpática, porque aqueles deputados rodam com alguma frequência, o que originaria alguma dificuldade no acertar da convocatória. Pensa que foi uma ideia interessante quando se pensou em haver um círculo de compensação o que na verdade não faz sentido a diferenciação no nosso ordenamento estatutário, a existência diferenciada de deputados de ilha e deputados da Região.

Não havendo mais intervenções genéricas sobre o assunto em apreciação o Presidente do Conselho de Ilha tentou dizer o que há de comum e o que há de diferente nas duas propostas, de modo a que possam rapidamente resolver o assunto.

Ambas as propostas têm em comum a mesma estrutura, ou seja, basicamente tem uma alteração do artigo 2.º que é a Composição do Conselho de Ilha e depois têm um conjunto de assuntos que visam estabelecer a forma como são convocados os representantes na hipótese de alteração.

Depois existe a introdução dos artigos sobre a seleção dos representantes, trata-se de uma questão meramente técnica, pelo que não crê que seja muito politica. A questão que e facto têm de se pronunciar é sobre a alteração ao artigo 2.º, ou seja a alteração ao próprio conselho. Obviamente admitindo que se coloque determinados representantes, o parlamento é que terá de dizer como é que eles serão selecionados.

Começando pela proposta apresentada pelo PSD – É proposta a inclusão de 2 representantes das Associações do Ambientalistas.

Sobre esta matéria acha que ambas as propostas pecam por um erro de linguagem, visto que não existem Associações Ambientalistas e sim Organizações não-governamentais de Ambiente, sendo o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de Maio que as tipifica, pelo que crê que era isso que se queria dizer. Associações Ambientais pode levantar algumas questões de precisão e ambas as propostas pecam pela mesma imprecisão de linguagem, pelo que faz uma proposta ao conselho, no sentido de se propor que se diga Associações não-governamentais de Ambiente, na aceção do citado Decreto Legislativo Regional, porque aí diz as condições que uma Associação tem que cumprir para poder ser considerada como tal.

Seguidamente vem 2 representantes de Associações do Setor das Pescas e 2 representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, isto na proposta do PSD.

Na proposta do BE, para o mesmo artigo são sugeridos 2 representantes das Associações das Pescas que coincide, 2 representantes das Associações Ambientais e o que tem de diferente são 2 representantes de Associações Culturais e um representante da Comissão Regional para a Igualdade do Trabalho e Emprego dos Açores e depois há, no artigo 3.º a introdução de um novo número, que refere que os deputados eleitos pelo Circulo Regional de Compensação podem participar nas reuniões do Conselho de Ilha, da sua residência oficial, sem direito a voto.

Após esta exposição, sugeriu que as poderiam agrupar do seguinte modo para efeitos de apreciação:

1. Propostas em comum:

- 2 representantes das Associações Ambientalistas (com a correcção, sugerida pelo Presidente do Conselho de Ilha, para passarem a Associações não Governamentais de Ambiente).
- 2 representantes das Associações de Pescas.

Posta, primeiro, à votação pelos conselheiros, a correcção sugeria pelo Presidente do Conselho, **os mesmos pronunciaram-se favoravelmente, por maioria, com dois votos contra da Câmara do Comércio e da Fruter**.

Relativamente aos representantes a fazer parte do Conselho, **o Conselho pronunciou-se favoravelmente, por unanimidade.**

2. Proposta do PSD:

- 2 representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social. – **O Conselho pronunciou-se favoravelmente, por maioria, com dois votos contra da Câmara do Comércio e da Fruter.**

3. Proposta do BE:

- 2 representantes das Associações Culturais;
- 1 representante para a Igualdade do Trabalho e do Emprego nos Açores.

  - O Conselho de Ilha pronunciou-se contra, por unanimidade.

- Inclusão do n.º 2 do artigo 3.º, "Deputados Eleitos pelo Circulo Regional de Compensação"

  O Conselho de Ilha pronunciou-se, favoravelmente, por maioria, com dois votos contra da Câmara do Comércio e da Fruter.

Após a votação em causa o **Conselheiro Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses**, fez a seguinte declaração de voto:

"O sentido de voto, assumido pela Fruter, tem a ver com o fato de o Conselho ser soberano para trazer as entidades, como já aconteceu no passado, sempre que necessário, para explicar assuntos que eram de interesse e do conhecimento dos conselheiros, pelo que acham que aumentar muito o Conselho, para depois ter uma eficiência deficitária, consideram que não é muito importante"

Por último, o **Presidente do Conselho de Ilha** apresentou uma proposta no sentido de ser feita uma correção da linguagem utilizada, ou seja, onde se diz "Associações Ambientalistas ou Associações do Ambiente" se deva dizer "Organizações não-governamentais do Ambiente", nos termos do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de Maio.

Posta à votação, o Conselho **aprovou por unanimidade a proposta de correção apresentada.**

De seguida passou-se à discussão do terceiro ponto da ordem de trabalhos: **"Emissão de parecer sobre a proposta de Plano Integrado dos Transportes do Açores"**

O Presidente do Conselho de Ilha referiu que esta é a segunda reunião sobre esta matéria. Na primeira reunião o conselho ouviu a explanação do Senhor Secretário Regional dos Transportes e Turismo sobre a matéria. Disse que o documento foi entretanto distribuído,

pelo que o Conselho de Ilha está em condições de o analisar. Assim, abriu o período para debate do mesmo.

Usou da palavra o **Conselheiro Péricles Pereira Ortins** que expôs que o relativamente ao documento que é pedido para parecer pode-se concluir que os transportes na nossa Região são um dos sectores mais importantes para a gestão dos nossos interesses comuns e para quem vive nos Açores. Assim, um plano integrado para os transportes será ou deveria ser, um documento base para ser discutido, aprovado, implementado e acompanhado na nossa Região. No documento que têm à sua consideração pensam que os seus anexos têm dados e um levantamento da situação actual que são fundamentais para qualquer plano ou proposta para o futuro dos Açores. No entanto no plano não se encontra a forma de participação que acham que deveria ter acontecido, desconhecendo-se toda a forma para a elaboração e apresentação da proposta, existindo alguma deficiência na construção do próprio plano.

Referiu que uma alteração destas deveria acontecer com algum estudo, nomeadamente porque optar por esta ou aquela opção, porque adquirir estes barcos nesta dimensão, nesta quantidade e com este tipo de funcionamento, acham que deveria ter sido apresentado em anexo o próprio documento, para servir de base a uma proposta que pode influenciar, nomeadamente, no caso dos barcos, uma concorrência desleal com operadores que actualmente estão a funcionar principalmente no Grupo Central, embora não possam, no caso dos transportes marítimos funcionar no Grupo Oriental.

A parte mais importante, é que este plano chamado de integrado deveria integra todos os transportes, inter-regional, ou seja, os transportes aéreos, marítimos e terrestres na região e deixa de fora aquilo que pensam que é fundamental para essa integração, pois quando se discute a integração dos transportes marítimos ou um plano integrado dos transportes aéreos, não faz sentido discutir só e apresentar um plano de distribuição de articulação e intra-regional, mas sim sobretudo saber como é que chegam cá as cargas, os passageiros e a sua possível articulação. No caso dos transportes terrestres, poderia ser vantajoso apresentar a interligação entre os diversos tipos de transportes com eventual ponto único de aquisição de um título. Mas, já na articulação entres transportes aéreos e marítimos, passando pelos transportes terrestres, pode, em determinadas épocas, ser um problema grave de articulação. Da forma como está pensado não se sabe se poderá ser uma vantagem mas pode transformar-se numa situação de caos em relação, por exemplo, aos horários dos barcos quando o avião se atrasa ou vice-versa.

Relativamente à ausência do que é feito para a Ilha Terceira, nas diversas medidas não se fala no que foi alterado, relativamente a cruzeiros e cais de cruzeiros, nem num possível

terminal de carga ou na questão de um "*Hub*" regional ou internacional da Praia da Vitória. Estas medidas que estão lá parecem-lhe um pouco descabidas, visto que num plano desta importância está previsto, para a Terceira, a correção de uma deficiência do "cais 12" do Porto da Praia, quando esta é uma medida de manutenção. Como acrescentar que se vai asfaltar ou melhorar o acesso à zona dos combustíveis, o que não tem nada de estrutural ou de planear. Logo as medidas que lá estão, como a execução da tal rampa "roll-on roll-off", para o Porto das Pipas, mostra ser uma intenção embora seja uma medida para fazer a ligação à Calheta. Questionou se vamos fazer um investimento no Porto das Pipas com uma determinada plataforma, apenas para uma ligação e se existe uma articulação entre o resto do Grupo Central, com o Oriental. Perguntou ainda se alguma outra carga ou passageiros vai utilizar aquela rampa.

De seguida interveio o **Conselheiro Pedro Miguel de Borba Ferreira**, dizendo que tem alguma dificuldade em analisar o PIT, porque vão dar parecer sobre um plano que já foi apresentado pelo Senhor Secretário Regional pelas diversas ilhas e no Parlamento Regional, como um documento feito e com medidas estruturadas.

Contudo, acha que o PIT enferma de alguns problemas em concreto, e relativamente à ilha Terceira desde logo vai contra o manifesto eleitoral do partido que governa, vai contra o Programa do Governo actual e vai contra a própria Carta Regional de Obras Públicas, porque esquece o cais de cruzeiros, e logo à partida parece que o PIT está ferido na sua credibilidade. Depois, esquece por completo a centralidade do Porto Oceânico da Praia da Vitória porque não há uma única referencia à nova grande promessa que é o *"Hub Atlântico"*, se bem que já não se sabe se a promessa é de quem a fez inicialmente e que está no governo ou se é da Câmara do Comércio e dos Empresários, que agora parece que têm muita pressa para resolver o problema.

Referiu ainda que este PIT esquece por completo as infraestruturas entretanto construídas ao longo dos últimos anos, nomeadamente na vertente de passageiros no Porto da Praia da Vitória. Esquece, no que toca às ligações aéreas, que a Terceira tem ligações semanais com o Porto. Não há uma única referência às ligações Terceira-Porto-Terceira. Julga-se que será intenção do PIT acabar com a ligação em questão, o que não deixa de ser estranho, até porque o Governo Regional e o Partido Socialista, aprovaram recentemente, na Assembleia Regional, uma proposta no sentido de aumentar as ligações Terceira-Porto, no âmbito das novas obrigações do serviço público de transporte aéreo.

Esquece também as ligações aéreas que a ilha Terceira tem com a diáspora, porque não há qualquer tipo de informação relativamente às ligações com os Estados Unidos e com o Canadá a partir do Aeroporto das Lages.

Não apresenta uma única palavra sobre o alargamento dos destinos para onde se possam vir a estabelecer novas ligações a partir da Terceira o que dá a sensação que a Terceira, há de ficar resumida às ligações para as ilhas à sua volta, o que já não é mal.

Esquece ainda a fundamental e necessária obra de ampliação da placa de aeronaves civis no Aeroporto das Lages, falada durante muitos anos e prometida.

Inscreve novamente a intenção do terminal de cargas que é imprescindível para a Aerogare das Lages, mas não há qualquer calendarização, já sabemos todos, a culpa é do Governo da Republica.

Refere ainda que as ligações marítimas com a Calheta vão ser retomadas de forma manca, porque não tem a possibilidade de transporte de viaturas, uma vez que não há qualquer referência às ligações marítimas entre a Terceira e a Graciosa, numa triangulação que se deverá reactivar e que era importante que fosse implementada de novo, criando-se assim o segundo triângulo do Grupo Central. Este PIT, para além de mais um grupo de gente que vai nomear para gerir a sua implementação e a sua operacionalização, esperando que sejam pessoas com reconhecida idoneidade e competência para o cargo, a única coisa que parece promover é uma espécie de engarrafamento de barcos novos e velhos no triângulo São Jorge-Pico-Faial, até porque, analisando os horários recentemente publicados, vai haver dias que os barcos vão empeçar uns nos outros. Portanto promove soluções que não resolvem os problemas de mobilidade e acessibilidade dos terceirenses em particular e vai aumentar, nalguns casos, drasticamente os custos de operação.

Não resolve, também, aos terceirenses em particular, qualquer dos seus problemas de transportes. É portanto para si e para o CDS-PP, que representa, um Plano Integrado de Transportes, com algumas carências graves. Se é efectivamente integrado não devia prever qualquer coisa, pura e simplesmente deveria definir. Se é um Plano Integrado executa e não prevê rever obrigações de serviço público, como várias vezes faz referência, e neste sentido lamentam que este PIT seja, se lhe permitem a graça, Pitosga, seja Pitoresco e seja um PIT que mais não é que uma pitada de muito pouco para a Ilha Terceira em Particular.

Usou, seguidamente da palavra, **o deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro**, que aludiu que as coisas que são importantes ao PIT já foram referidas, contudo tem uma visão um pouco complementar que tem uma componente local, uma componente Regional e um ponto prévio, pelo que vai começar pelo Ponto prévio e fazer a análise da componente Regional para a Local e da Ilha Terceira e o ponto prévio, tem a ver com a questão do Cais de Cruzeiros, e o Senhor Presidente na dupla função de Presidente do Conselho de Ilha e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, se já tinha dificuldade em aceitar que o Presidente da Câmara acata-se de forma tão pacífica que não se cumprisse a promessa do

governo que era um investimento no mínimo de sessenta milhões de euros no Concelho de Angra, estando referindo-se ao Cais de Cruzeiros para em troca ter apenas uma ligação duas vezes por semana à Calheta sem viaturas, que ao contrário do que foi noutros sítios foi muito mais ágil, essa construção julgando que em termos de Conselho de Ilha e de órgão de ilha que não se deveria aceitar de forma alguma que a Ilha Terceira e o Conselho de Ilha não tenha de imediato tomando uma posição muito clara e muito firme e muito intransigente na exigência que os sessenta milhões do Cais de Cruzeiros fossem investidos noutras necessidades da Ilha Terceira. Compreende-se os motivos apresentados para a desistência da obra, não se pode é aceitar que a esses sessenta milhões de euros de investimento na Ilha Terceira não sejam direccionados para outras necessidades da ilha e que possam estimular e incentivar a nossa economia.

Portanto, toda a aceitação do não investimento do valor referido surgiu muito calma, muito pacata, muito pouco reivindicativa por parte dos órgãos e das forças vivas que tem poder na Terceira que são as suas Câmaras Municipais, o Partido e os deputados eleitos pelo lado do poder e o Conselho de Ilha. Logo, acha que essa defesa não foi feita, e deveria de ter sido, até porque houve *slogans* de campanha que diziam: "Terceira uma ilha com futuro" – Há que fazer valer isso e todos os que estão no Conselho de Ilha a representar forças políticas, nos nossos manifestos eleitorais tinham escrito que colocaríamos os interesses da Ilha à frente dos interesses partidários, pelo que isso importa acautelar.

Não se pode esquecer a defesa acérrima do Cais de Cruzeiros, que foi feita pelo Conselho de Ilha e pelos seus anteriores presidentes, Ricardo Barros e António Maio, nas intervenções do Partido Socialista, pelo que convinha que também agora, as mesmas pessoas e que as mesmas responsabilidades e que as mesmas instituições não se silenciasse não pela perda do Cais de Cruzeiros mas de um investimento de sessenta milhões de euros que não se substitui por outra coisa a não ser por outros sessenta milhões de euros. E, para evitar que volte a acontecer o que se verificou com a radioterapia que foi desviada da Terceira, como a principal componente do parque tecnológico que era a fábrica de radioisótopos que também foi desviada da Terceira e portanto que se desinvista na Terceira e acima do que são as posições ideológicas e partidárias este órgão deve defender a ilha e devem sair posições de defesa da Ilha, até porque não são só os partidos que estão representados no Conselho de Ilha, descordando com aquilo que o deputado António Toste defende, acerca da necessidade de equilibrar as forças políticas com as forças sociais, acha natural e saudável que tenha muito mais forças sociais e representantes dos partidos que tem outros fóruns de atuação como as Assembleias Municipais e a Assembleia Legislativa Regional. Assim, entende que o Conselho de Ilha deveria ser muito mais social e muito menos político. Logo a defesa da Ilha, não deveria deixar de ser feita porque o montante em

causa com a desistência desse investimento não foi substituído por nada equivalente e a economia da Terceira precisa disso.

No que diz respeito ao Conselho da Praia da Vitória e de um modo muito particular com aquilo que se passa com a reestruturação do contingente americano da Base das Lages precisa muito mais.

Quanto ao PIT, julga que não terá sido por acaso que a apresentação do mesmo foi sempre feita em sessões públicas de um modo muito superficial e sempre sem que o documento tenha sido antecipadamente fornecido, para que pudesse ser estudado e debatido nas sessões de apresentação. O Senhor Secretário apresentava o documento, mas quem estava a ouvir não tinha em sua posse o mesmo para que pudesse rebater e discutir.

Não existe no documento, nem nos seus anexos a apresentação dos estudos que fundamentem o que quer que seja, as autoridades auscultadas ou participantes na elaboração do mesmo. Há uma intenção genérica de reduzir tarifas mas não há qualquer outra referência às praticadas nos transportes da Região ou as medias a efectivar para a redução das mesmas.

Há uma premissa falsa quando se diz que o transporte sazonal de passageiros foi um sucesso, quando se sabe que baixou pelo 3.º ano consecutivo e que a redução em 2013 foi de setenta mil passageiros. Vai-se gastar oitenta e cinco milhões de euros em dois navios novos sem que haja um estudo que justifique a sua necessidade ou o tipo de navio a adquirir.

Não há integração dos operadores regionais de cargas como os TMG que estão sediados na Praia da Vitória e que importam e interessam à Ilha Terceira. O que está previsto no PIT é uma competição entre o operador público e o privado em vez de uma articulação entre a actividade privada e uma correta definição das obrigações do serviço público.

Existem demasiadas *gateways* marítimas e aéreas na região sem que estejam quantificados esses custos, sabendo que os mesmos se reflectem nas tarifas praticadas, sejam elas aéreas ou marítimas.

Verifica-se perspectivas demasiado genéricas transversais a todo o documento e uma inadequada definição das obrigações de Serviço Público um pouco por todo o lado.

No que toca às questões de transporte marítimo de mercadorias entre o continente e a região, sabendo que o modelo actual leva a que tenhamos na região talvez dos contentores mais caros do mundo, há um fato que é incontornável que é 82% do contentores destinam-se, a São Miguel 60% e à Terceira 22%. Este fato justifica por si só a criação de duas plataformas logísticas na região, Ponta Delgada e Praia da Vitória e há uma dificuldade do

governo em assumir isso, deveria assumir-se tal investimento e a distribuição das restantes mercadorias, que são uma percentagem muito pequena face ao todo regional deveria ser também assumida e feita pelos operadores da região de modo articulado com o transporte e com as ligações ao continente.

O PIT não reconhece o 2.º triângulo da região que é o triângulo Terceira-Graciosa-São Jorge, e por caricato que seja os novos barcos a adquirir não vão à Graciosa e a ligação entre Terceira e Graciosa é uma ligação importante. Relembra que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo também representa os comerciantes da Graciosa, as trocas económicas e a relação com a Graciosa são muito profundas e este PIT não prevê que aquela ilha seja comtemplada nas ligações com estes navios, o que é preocupante também para a Terceira.

A SATA Internacional continua a fazer tarifas promocionais para o estrangeiro que servem apenas São Miguel e mantem os custos SATA AIR AÇORES para as outras ilhas e muitas vezes obrigando a pernoitas em Ponta Delgada.

Também não existe no PIT a previsão do conceito de táxis marítimos o que para além de incrementar a actividade das empresas marítimo-turísticas levaria um forte aumento da mobilidade dentro na Região, principalmente no Grupo Central. Questiona se foram ouvidos, na elaboração do PIT parceiros como a Câmara do Comércio, os armadores, os estivadores, os comerciantes e os produtores. Pensa que era importante integrar todos esses agentes e toda esta componente na elaboração de um plano integrado.

Quanto ao PIT e à Ilha Terceira gostariam de ver clarificado, o papel do Porto da Praia e do Porto das Pipas no contexto regional.

Nada se altera quanto à concentração de toda a frota da SATA em São Miguel, tornando a companhia susceptível à inoperacionalidade em caso de intempéries, sejam elas simples nevoeiros, como acontece frequentemente no aeroporto de Ponta Delgada, a catástrofes naturais, ou eventuais acidentes aéreos que possam afectar o aeroporto de Ponta Delgada.

O Terminal de Cargas do Aeroporto das Lages é um compromisso eternamente adiado que todos os anos aparece nos Planos e Orçamentos mas que tarda em se concretizar.

Não há uma única gare marítima na Ilha Terceira nem à previsão da sua construção, o que há na Praia da Vitória não se pode chamar de gare marítima de passageiros. As obras de manutenção e de reparação como asfaltagem de estradas de acesso e reparação de terra planos do Porto da Praia, são obras de manutenção, reparações, não são medidas do PIT, no entanto estão lá referidas. O mesmo não aponta, para que a distribuição de combustíveis no Grupo Central, passasse a ser feita a partir do Porto da Praia da vitória. Também gostariam de ver a referência ao projecto "Costa" que é a instalação na Praia da Vitória do

abastecimento de gaz para os navios quando os mesmos passarem a usar este combustível, prevendo-se que a mudança de combustível nos navios que operam no Atlântico se faça a breve trecho.

Nenhum cais da Terceira permite a atracagem de navios de cruzeiro ou outros com comprimentos superior a 350 metros. Deveria haver por parte do Governo Regional uma iniciativa de modo a assumir a posse e administração do cais dos Americanos do lado oposto ao Porto da Praia para o uso civil de passageiros, isto porque o Porto da Praia é da Terceira e da Praia, mas situa-se no Cabo da Praia, pelo que está fora de uma malha e de um tecido urbano, sendo que já o cais americano fica dentro dessa malha e tecido, e nomeadamente na operação de navios de passageiros e de turismo. Poderia ser de uma utilidade muito maior, do que o actual terminal da Praia da Vitória, principalmente no que diz a acessibilidades e à movimentação de passageiros e eventuais turistas num agregado urbano da Ilha Terceira.

Como já foi dito, o "*Hub*" fica fora do PIT e o governo já vem dizer através do Secretário Regional que o mesmo não é um projecto do Governo, é um projecto que se está a estudar e de novo para a Ilha Terceira prevê apenas a rampa "*ro-ró*" como medida do PIB.

Concluiu com a afirmação com que começou: Estão a faltar na Terceira e no PIT sessenta milhões de euros e acha que o Conselho de Ilha deveria pronunciar-se sobre isso.

Usou da palavra **o conselheiro Ricardo Manuel Rodrigues de Barros,** referindo que na opinião do Partido Socialista o PIT é um documento importante que significa um avanço relativamente aos transportes na Região, embora, como qualquer documento, precisa de ser aprofundado, e relativamente à Ilha Terceira há duas questões que lhe parece que devam merecer esse aprofundamento. Refere-se concretamente à política aérea e em particular em relação à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Luis Rendeiro que lhe fez um desafio ao qual reponde com muito gosto. Continua a ser um defensor acérrimo do Cais de Cruzeiros, todavia, é preciso dizer duas coisas muito importantes. Em primeiro lugar o projecto que lhes foi apresentado parece enfermar de deficiências gravíssimas e portanto quando se nota que há um projecto que está mal elaborado antes de se partir para a obra é preciso saber se é possível fazer alterações que o tornem viável ou se eventualmente aquele projecto não seria um aborto total. É obvio que na exposição feita por um técnico da empresa projectista ao Concelho de Ilha, não foram levantadas questões que à *posteriori* lhe foram colocadas e que lhe pareceram pertinentes, nomeadamente o fato de os barcos ficarem expostos ao mar sem qualquer protecção.

A segunda questão tem a ver com o Cais de Cruzeiros, e não menos importante, e que se prende com a situação económica que o país, a região e a Europa de alguma forma,

atravessam. Não é a mesma coisa dizer que se pega no mesmo dinheiro e se coloca noutro sítio, pensa que a questão é de utilizar o dinheiro com outra parcimónia, que não aquela que foi utilizada até agora, porque os tempos eram outros, por isso chegamos onde chegamos e isto é uma questão transversal quer ao continente português, quer em particular à Madeira e também de um modo geral a toda a Europa. Julga que estamos numa altura de reflectir seriamente quanto à eventual viabilidade de construção de um Cais de Cruzeiros. Pelo que gostaria de lembrar que o Partido Social Democrata foi sempre contra, tal como sempre entendeu e que a forma de animar o comércio de Angra e a Cidade de Angra do Heroísmo seria a construção do Cais de Cruzeiros, desde que, do ponto de vista técnico seja possível. Continua a dizer e a sublinhar "desde que, do ponto de vista técnico seja possível".

Julga que mais do que tomar uma posição extemporânea, porque não está no PIT o Cais de Cruzeiros, julga que o Conselho de Ilha dever reflectir se não será importante saber se há viabilidade de um cais que seja efectivamente seguro e eficaz e, se sim, porque não fasear a sua construção, dado que é uma obra que, pessoalmente, considera estruturante para o futuro da Cidade de Angra. Se não for viável, obviamente que há outras infraestruturas que são importantes e necessárias a serem construídas.

O Presidente do Conselho de Ilha sintetizou que, nesta primeira ronda muito genérica, sobre o assunto, se tratou mais de um debate de caracter politico que propriamente uma questão sobre o PIT, até porque de acordo com o que foi dito pelo Senhor Secretário, e de acordo com o documento em apreciação não é objectivo do PIT dirimir questões como o Cais de Cruzeiros ou outras que tais. Trata-se apenas de um plano que visa os transportes internos na Região e não as questões externas, pelo que seria bom que se percebesse isso, obviamente que se encontram num espaço em que o debate é salutar, cada um apresentou as suas opiniões, mas não crê que objetivo da reunião seja esse.

Para também participar um pouco nas coisas genéricas e também poder desviar um pouco da ordem do dia, gostaria de dizer duas coisas, porque, às vezes, as incorrecções quando ditas muitas vezes tornam-se em verdades.

Em relação ao Parque Tecnológico da Ilha Terceira, em nada tem a ver com o PIT, nunca ninguém disse que a fábrica de isótopos era um projeto âncora, porque até era um projeto pouco interessante para o assunto, contudo ele nunca foi desviado para qualquer lado.

Quanto ao PIT é de opinião que o Conselho tem de focar-se nele em particular sobre as questões que lhe dizem respeito e analisar as que digam especificamente à Ilha Terceira, embora, obviamente os transportes dentro de uma ilha, não possam existir sem as suas interligações e sem olharmos para o global, mas as questões fundamentais são essas. Crê que, por uma questão de se focarem um pouco na discussão e irem a algumas questões

que digam respeito à Terceira sendo fundamental que o Conselho de Ilha tenha alguma posição. Uma delas prende-se com o Terminal de Cargas Aéreas e o seu enquadramento no actual Aeroporto das Lages. Existe o Decreto n.º 42217/59, de 16 de abril, que estabelece um conjunto de restrições sobre a construção nas Lages, e diria mesmo, em todo o Ramo Grande, porque extravasa muito os limites da Base das Lages. No citado decreto nada refere quanto à proibição de construção de um terminal, apenas diz que está vinculado a um parecer da autoridade militar competente.

Após a leitura do artigo que menciona o que disse, sugeriu que se recomendasse ao Governo Regional que solicite que essa matéria seja reconduzida, no âmbito do referido Decreto e se possa obter a necessária autorização para que o terminal seja construído.

Considerando que é a forma mais eficaz de começarem a se pronunciar nessa matéria porque, caso contrário, irão falar de vários assuntos e não daquilo que efetivamente interessa.

Outra matéria que julga que tem de ser falada é sobre a existência ou não de uma plataforma logística, no que diz respeito à distribuição de mercadorias que entram por via marítima e eventualmente por via aérea e que depois tenham que ter um transbordo por via marítima, sendo uma matéria que neste aspeto o Governo Regional já se encontra vinculado, uma vez que ela consta do PROTA, que está em vigor e que foi aprovado pelo Parlamento há 2 anos atrás. O PROTA diz que deveriam existir duas plataformas logísticas nos Açores, uma em Ponta Delgada outra na Praia da Vitória e define exactamente o que é que a Praia da Vitória deve fazer, pelo que esta não é uma questão que possa estar no plano em apreço, uma vez que já consta de um Decreto Legislativo Regional.

A Terceira questão tem a ver com o Porto das Pipas, aquilo que se pretende não é uma rampa *rol-on rol-off* para fazer uma ligação à Calheta. Aquilo que se pretende sim é uma rampa *rol-on rol-off,* que permita a operacionalidade do Porto das Pipas no seu cais Oeste, ou seja, na sua face voltada para o Monte Brasil, para *ferrys* pelo menos até 120 metros de comprimento, que são os que se prevê que venham a operar nos Açores e que permite simultaneamente a utilização do cais por navios de cruzeiro, os chamados cruzeiros temáticos, ou seja os cruzeiros que de alguma maneira são mais frequentes no arquipélago. Há uma questão muito concreta, o Cais do Porto das Pipas não é apenas a rampa *roll-on roll-off*, como aqui está, e muito bem, mas também não está referida qualquer limitação a isso, porém há que esclarecer que o que se pretende é a operacionalidade até 120 metros de comprimento na face oeste do Cais.

Finalmente, existem duas outras questões que acha importantes para a Terceira, uma foi trazida pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro que tem a ver com os táxis marítimos e que de fato

abona que é fundamental incluir uma referência a esta matéria e recomendar ao Governo que isso seja considerado.

E a quarta questão, que também é importante e tem a ver com os transportes terrestres, que também estão incluídos no Plano, é uma matéria que tem de ser considerada em particular, porque há todo o interesse na criação, na Ilha Terceira, de espaços intermodais que permitam que quem compra bilhete fora das duas cidades possa depois usá-lo nas mesmas, e que possa, por essa via, agilizar e modernizar o sistema de transporte colectivos. Existe no texto algo que aponta nesse sentido mas é de opinião que convinha ser esclarecido.

Propôs então que, caso os conselheiros não se opusessem, dever-se-ia focar a discussão e deixar as questões genéricas e falar nas questões específicas da Ilha Terceira.

E terminado, quanto à questão dos 60 milhões de euros ou não, trata-se de uma questão orçamental que os senhores Deputados terão de discutir e, em lado algum o Presidente da Câmara Municipal de Angra e neste caso, também presidente do Concelho de Ilha, disse ou tenha dito sobre essa matéria, e espera que haja investimentos nesse valor e até muito superior aqui na Ilha Terceira. Contudo parece-lhe que não é uma questão que caiba no conselho de ilha.

Seguidamente colocou as questões da Terceira especificamente à discussão do Conselho.

Para o efeito usou da palavra o **deputado Luís Rendeiro**, referindo que discorda com o Presidente do Conselho de Ilha, quando disse que se tinha feito um debate exclusivamente politico, julga que politicou-se um pouco quando falaram do cais de cruzeiros, mas acha que fez uma análise bastante profunda e até alongada a todo o conteúdo do PIT e a sua abrangência quer regional quer local.

Acerca do que foi referido sobre o Terminal de Cargas da Base das Lages, não quer crer que, depois da obra em causa já ter constado de vários planos e orçamentos da Região e na Carta de Obras Públicas, ainda não se tenha efectuado todos os contactos e diligencias, junto do Ministério da Defesa, para que todas as autorizações estejam neste momento na posse do Governo Regional, caso contrário não se orçamentava nem se colocava na Carta de Obras Públicas, tem que estar feito, se não o está, então estão a passar os terceirenses por menores dentro da Região.

Acha também que, apesar de existir um plano de Ordenamento do Território que está em vigor, tal não inibe que a Plataforma logística e um eventual projeto de um "*Hub*" estivesse no PIT, porque é um plano específico para transporte da Região, pelo que julga que tinha de constar, tal como a questão do abastecimento de gaz no Porto da Praia da Vitória, o projecto Costa, tal como a distribuição de combustíveis para o Grupo Central, a partir da

Terceira. E, portanto são mais as questões relevantes para a Terceira que se encontram fora do PIT do que as mencionadas o que é preocupante.

Todas as outras questões discutidas e elencadas são relevantes, mas em termos da Terceira o que apreende é a ausência de clarificação e definição objetiva de qual vai ser o papel desta Ilha, das respetivas infraestruturas e da sua centralidade nos transportes marítimos e aéreos e isto é que não está definido. Acrescentou que julga não estar porque a Terceira tem um problema, não é a ilha maior nem a pequena, pelo que fica entre os interesses da ilha grande e das dificuldades das ilhas pequenas, logo quando reivindica algo, choca com uma ou outras. Acha que como resposta da Terceira, há que apresentar um discurso que sirva à Ilha e que consiga vencer no contexto Regional.

De seguida pronunciou-se o conselheiro **Fernando Sieuve de Menezes**, dizendo que não é possível falar-se no PIT sem falar no Cais de Cruzeiros e outras situações. O Porto das Pipas tem a configuração que tem porque aquando da sua construção não havia dinheiro para o fazer bem feito.

O que se pretende neste momento com o cais "*ró-ró*", conforme informação que lhe foi fornecida pelo Sr. Secretário Regional, é que esse cais era para barcos pequenos, ao questionar se estava prevista a possibilidade de barcos grandes o mesmo respondeu que neste momento se enquadrava nos barcos pequenos.

O problema que julga que está em causa é se voltarem a fazer uma intervenção no Porto das Pipas e não permitir que mais tarde se volte a fazer o Cais de Cruzeiros. Concorda plenamente com o que disse o conselheiro Ricardo Barros, relativamente à situação económica que se atravessa a nível, nacional, regional e local, há que fazer restrições. Contudo, não percebe porque o Museu de Arte Contemporânea vai ser feito em São Miguel e que é certo o investimento no Porto das Pipas, no entanto tem que se pensar no equipamento que lá existe e que o futuro do mesmo passa por alterações que já foram referidas no Conselho de Ilha.

Julga que se deve aceitar o adiamento da construção, não achando correto que uma obra que foi bandeira do governo e que todos no Conselho de Ilha, achamos que era interessante, possa ser posta de parte, mas sim que se faça uma espera para que a situação seja retomada num contexto económico diferente do actual.

Alegou ainda que existem questões que vivem completamente divorciadas do PIT, como o Aeroporto e Porto da Praia da Vitória, sendo estas duas infraestruturas fundamentais. Lembrou que relativamente ao terminal de carga aérea continuam a ter imensos problemas no peixe, nas flores e em tudo o que lá se exporta. Pensa que é importante integrar estas situações no PIT, mas não de uma forma inicial. O que está em causa não é só o terminal

de cargas estão sim muitas coisas no Aeroporto que já foram referenciadas. Refere ainda que o PIT não comtempla correctamente em termos de passageiros e viagens.

Em relação ao mercado interno, afirma que a empresa que assegura a circulação entre as ilhas, tem uma cooperativa que possui situações completamente impensáveis relativamente aos transportes e que se não existisse a empresa privada não haveria transportes dentro do Grupo Central.

Disse não ser aceitável que, no modelo de transporte que se pretende implementar, quando as empresas têm de exportar produtos que tenham de se manter em frigorífico só o podem fazer deslocando em camiões, de uma ilha para a outra e têm de levar também um condutor. Portanto é um modelo que tem de ser repensado relativamente a esses transportes.

Não entende como não é possível, pelo número de bilhetes que se vendem para viagens e o número de carros que circularam, não se possa chegar à conclusão que dois navios com essas dimensões é um disparate. O que se torna necessário é ter um barco que permita complementar a distribuição das mercadorias nos Açores, ou seja um porta contentores dimensionado para circular entre as ilhas e então ter os dois grandes portos de receção de mercadorias que seria o Porto da Praia e o de Ponta Delgada.

Não aceitam que se corte o Cais de Cruzeiros e se faça um investimento em dois navios quando um de menor dimensão dará resposta.

Há que rentabilizar os nossos custos e, falando em termos empresariais a dificuldade de transportes limitam as empresas. O plano não pode de maneira nenhuma ter o seu voto, dado que omite imensas coisas, não enquadra correctamente as situações e é despesista em alguma delas.

Usando da palavra o **Conselheiro Carlos Valadão Santos,** referiu que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, ainda não tem pronto o seu parecer, visto tratar-se de um documento extremamente importante que vai gerar a competitividade interna e externa, face à abrangência do mesmo e face à abrangência do mesmo não conseguem ter a sua posição terminada, no entanto resta dizer duas coisas, o documento faz um levantamento exaustivo sobre a situação actual que é extremamente importante, o que nunca foi feito, estava espalhado pelas diversas entidades que atuam no sector, sendo que o mesmo tem um aspeto negativo que é de fato não fazer a integração sobre outras questões que são necessárias, nomeadamente uma correlação com o projeto "*Hub*". Também não faz uma correlação sobre os diferentes tipos de carga, limita-se à carga rodada. Fez também uma chamada de atenção de que deverão ser revistas as obrigações do serviço público, que é fundamental saber em que termos e quais as alterações que se propõe, porque sem termos

mais informação não é possível ter-se um Plano de Integração. Relativamente às medidas que se propõe, tem uma quantas que não estão agendadas no tempo, o que também é uma falha, porque começa com a medida 4, no terminal de cargas, fala na reabilitação do Porto das Pipas e no Porto da Praia da Vitória, mas não fala em que medidas. Por outro lado há uma ausência total em relação ao impacto económico que poderia ter na Região, no caso particular da Ilha Terceira. Ou numa situação mais abrangente no caso da Câmara do Comércio, que tem a seu cargo as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge. Portanto estas medidas estão a ser estudadas pela Câmara do Comercio de Angra do Heroísmo, contudo, sem terem respostas sobre estes elementos a sua proposta de parecer, no momento será uma abstenção.

A Vereadora da Câmara da Praia da Vitória em substituição do Presidente, **Paula Ramos**, interveio transmitindo que quanto ao PIT, aquela autarquia, defende uma terceira alternativa que não se encontra contemplada no plano, como sendo a melhor solução técnica e financeira e que passa pela utilização partilhada da infraestrutura portuária Americana com o objectivo de a Praia da Vitória ser a verdadeira base do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas e cruzeiros da Ilha Terceira. Referiu que como já foi dito é necessário rentabilizar custos, é necessário encontrar também, uma solução para o Porto do Cabo da Praia. A Câmara Municipal da Praia da Vitória sempre entendeu que esta não poderia ser uma solução definitiva porque efectivamente os passageiros saem num porto distante do Centro, mas com esta terceira alternativa, que entendem ser possível, face ao actual contexto de discussão de contrapartidas por parte dos Americanos, relativamente ao "*down-size*" que está a decorrer, que, através da utilização partilhada daquela infra-estrutura se consiga que este objectivo da verdadeira base do transporte marítimo de passageiros passe a efectuar-se naquela infra-estrutura que já existe e que qualquer investimento adicional que seja necessário efectuar, possa ser imputado aos próprios americanos, tendo em conta a discussão das contrapartidas que de momento estão em discussão.

Seguiu-se a intervenção do **Conselheiro Pedro Ferreira,** dizendo que não consegue dar um parecer favorável a um Plano Integral de Transportes que não prevê uma melhoria dos horários da SATA-Air Açores na Ilha Terceira e que continua a ter horários que, por exemplo quem tem de queiram apanhar a ligação Terceira-Lisboa, não vêm porque os horários estão montados para sair de Ponta Delgada. Não pode também dar parecer a um documento que omite as ligações Terceira-Porto, por via aérea ou da Terceira com a diáspora, ficando a ilha resumida a uma ou duas ligações para Lisboa e seguindo o que está no documento enviado, não há qualquer referência a ligações com o Porto e a Diáspora. Não há previsão da ampliação da placa de estacionamento da Aerogare Civil das Lages, até para efeitos da

potenciação e de aproveitamento em termos de escalas técnicas como até nos últimos dias tem sido falado.

Não há uma definição clara e cabal sobre o futuro que se quer dar ao Porto Oceânico da Praia da Vitória.

Não há uma integração e uma articulação entre os diversos tipos de transporte na Ilha Terceira, por exemplo existem passageiro que chegam à Terceira via aérea, em horários não compatíveis com os dos autocarros. Não há articulação ente transporte marítimos de passageiros e viaturas. Logo, manifestamente não pode emitir um parecer positivo a um documento que tem um conjunto de falhas que até custam a apontar porque já não estão em tempo de estar a discutir este tipo de situações.

Quanto ao terminal de cargas da Aerogare Civil das Lages, recorda apenas que já no ano de 2010 o projecto estava pronto e continha em falta o parecer do Ministério da Defesa. Parece-lhe todavia, que este plano deixa a ilha Terceira muito mal, evidenciando que foi pensada, única e simplesmente a integração dos transportes nas ilhas do triângulo Faial, Pico e São Jorge e mesmo assim com algumas deficiências.

Assim, da sua parte e do CDS-PP não podem dar um parecer positivo sobre o plano em questão.

Na sua interveniência, **o Conselheiro Ricardo Manuel Rodrigues de Barros**, disse que, o último argumento do conselheiro Pedro Ferreira, valeria a pena o Conselho de Ilha aprovar o PIT, visto que o mesmo conselheiro reconhece que pelo menos as ilhas do Grupo Central, em particular São Jorge, Graciosa e Pico beneficiam com este projecto, se bem entendido as últimas palavras que disse nomeadamente com a ligação que é feita é possível com que uma pessoa de São Jorge possa sair a tempo de apanhar a TAP para Lisboa e o que chega de Lisboa apanhar o barco para São Jorge o que consideramos um avanço importante na interligação inter-ilhas, mas julga ser importante que o conselho não se fique por aí e dizer que independentemente do voto favorável do PIT é importante que se aprofunde o problema das ligações aéreas da Ilha Terceira. A definição relativamente ao Porto da Praia e aquilo que se pretende fazer em relação ao Porto de Angra, julga que há três questões que devem e podem ficar reflectidas como preocupação manifestada pelo Conselho dizendo que o "Hub" é preciso ser mais concretizado em relação a Angra, o que efectivamente significa o acrescento do Porto das Pipas, tudo isto são preocupações que os conselheiros manifestaram e que julga que podem ser refletidas, não inibindo que o documento possa ser aprovado. Concluiu que votará favoravelmente o documento.

Após estas intervenções **o Presidente do Conselho de Ilha**, propôs que deveriam, independentemente do que venha a ser o voto maioritário sobre o favorável e o

desfavorável, dizer quais os aspectos que o Conselho de Ilha entende como úteis incluir, independentemente de todo o resto, porque no fim é isso que vai valer porque do ponto de vista legal e das competências o Conselho de Ilha é apenas um Conselho Consultivo, portanto o resultado do ponto de vista do governo acaba por ser o mesmo. O que importa sim é tentar fazer-se um conjunto de reclamações que possam de alguma maneira ainda ter uma influência sobre o próprio documento. Pelo que propôs que, caso concordassem fariam o voto em duas vias: um primeiro voto genérico sobre o documento e depois outro, para um conjunto de recomendações que tentariam de fazer chegar ao governo como recomendações do conselho de ilha, no sentido de influenciarem a construção do próprio documento, sendo isso o mais importante que o sentido de voto.

Posto isto, pôs à aprovação uma declaração no sentido de considerar o documento insuficiente fundamentado e que ele deve merecer um conjunto de alterações, de seguida propondo algumas e deixando dito, no voto que as instituições presentes se reservam a um parecer mais aprofundado para o seu âmbito. – **O proposto foi aprovado por unanimidade.**

Passando à segunda parte, o Presidente do Conselho de ilha, sugeriu tentarem apresentar algumas recomendações mais consensuais e possíveis no sentido de poderem dizer alguma coisa ao Governo.

Posto isso, elencou as anotações que tomou durante a discussão, salientou que não são exclusivas, pelo que à medida que forem aprovando as diversas recomendações, se algum conselheiro quiser propor algumas, com todo o gosto as receberão.

- **Primeira**: Que o Governo tenha diligências céleres no sentido de dar inicio à construção do terminal de carga aérea nas Lajes e que chegue a um entendimento rápido no âmbito do Decreto 42.217, com as entidades competentes. – **Aprovada por unanimidade.**
- **Segunda**: No sentido de o governo ter em conta neste plano o que está estabelecido no PROTA quanto à existência de uma plataforma logística na Praia da Vitória e que isso seja reflectido neste Plano. – **Aprovada por unanimidade.**
- **Terceira:** No sentido de os objectivos que estão estabelecidos para o Porto de Pipas sejam concretizados com vista a dizer que a rampa *"roll-on roll-off"*, deve ser construída no sentido de permitir a operacionalidade para *ferrys* e navios de passageiros até 120 m de comprimento naquele porto. Por forma a não interferir numa futura construção do cais de cruzeiros. – **Aprovada por unanimidade.**
- **Quarta:** No sentido de ser considerada a existência e de uma política de táxis marítimos no Grupo Central que permita uma mais fácil interligação entre as diversas ilhas. – **Aprovada por unanimidade.**

- **Quinta:** Que sejam incluídas ligações com a Terceira-Graciosa e Graciosa com as restantes ilhas do Grupo Central. – **Aprovada por unanimidade.**
- **Sexta:** No sentido ser analisado, na Ilha Terceira, de forma concreta a criação de passes intermodais no transporte coletivo terrestre de forma concreta. – **Aprovada por unanimidade.**

Posteriormente o Presidente do Conselho de Ilha pôs à consideração dos conselheiros a apresentação de propostas:

O deputado **Luis Rendeiro**, salientou achar importante que se incluísse uma proposta no sentido de o Governo Regional encetar todas a negociações para que se pudesse civilizar o "pontão dos Americanos".

O Presidente da Assembleia Municipal **Ricardo Barros**, chamou a atenção para o fato de se estar a tomar uma posição como se fosse já em definitivo a redução na base das lajes.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória **Paula Ramos**, esclareceu que não estão a assumir, mas que efectivamente a Base das Lajes está a reduzir o seu efectivo no processo que está concebido desde o início. Ao assumir essa posição, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, não está a pôr em causa todo o esforço diplomático que está a ser feito no sentido de que essa redução se faça na sua plenitude, o que implicaria o despedimento coletivo. Agora no conjunto das medidas das contrapartidas da Bases das Lajes está contemplada a posição referida pelo Deputado Luis Rendeiro.

Disse ainda, que a Câmara Municipal da Praia da Vitória, faz questão que o PIT contemple esta solução, aproveitando a contrapartida da gestão partilhada, à semelhança do aeroporto, as infraestruturas já existem logo a sua adaptação implicará um custo muito menor.

Posteriormente usou da palavra a Conselheira **Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade,** que na qualidade de representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória e na sequência das declarações da Vice-Presidente da Câmara Municipal, daquele Município, dizendo que parece-lhe de todo o interesse incluir a recomendação no documento que estão a apreciar sendo certo que a questão da Base das Lajes pode não ficar na redacção. A proposta que faz é que seja recomendado que se encete todos os esforços no sentido de se conseguir a partilha do Cais Americano para o atracamento dos barcos de passageiros, deixando de fora a referência política da Base das Lajes, julga que devem centrar-se realmente no documento que estão a analisar e assim fica salvaguardada a questão politica e deixa de haver qualquer conflito de interesses.

O Presidente do Conselho de Ilha propôs a seguinte redação sobre o assunto em questão:

"Instituir um regime de gestão partilhada do Cais Militar da Praia da Vitória e proceder à sua adaptação a cais de passageiros" - **A redação proposta foi aprovada por unanimidade.**

Após algum debate em que foram intervenientes os conselheiros **Pedro Ferreira**, **Ricardo Barros** e Deputado **Luis Rendeiro**, foi salientado pelo Conselheiro **Pedro Ferreira** a necessidade de ampliar a placa de estacionamento de aeronaves civil da Base das Lajes, como uma forma de potenciar aquela infraestrutura. Por seu lado, o Deputado **Luis Rendeiro**, julga que a descentralização da frota da SATA na Ilha de São Miguel, poderia ser uma reflexão bem como a questão da aplicação na Ilha Terceira, se não da totalidade do valor previsto do Cais de Cruzeiros poderia ser investido, quer no tecido económico, quer na área social, pelo que julga que se deverão manifestar preocupados com essas necessidades nomeadamente na área dos transportes.

Relativamente a estes assuntos o Presidente do Conselho de Ilha sugeriu que seria de agendar para uma próxima reunião do Conselho, visto que a matéria não tem relação direta com o PIT, o que iria enfraquecer a posição do conselho se entrassem por aquilo que nos divide e não por aquilo que nos une.

Assim, sugeriu que em próxima reunião se agende essa matéria.

Admitido o consenso sobre o assunto ficou prometido que o assunto será posteriormente discutido.

Nada mais havendo a acrescentar o Presidente do Conselho de Ilha da Terceira despediu-se dos conselheiros presentes e deu por concluída a reunião.

O Presidente do Conselho,

José Gabriel do Álamo de Meneses

A Secretária,

Ana Rita Meneses Branco

Ana Rita Meneses Branco